

28 NOV 1990

A proposta otomana

Marcio Moreira Alves *

Em terras do antigo Império Otomano, é considerado uma ofensa alguém aceitar o primeiro preço pedido por um comerciante para vender a sua mercadoria, pagá-lo e ir-se embora. Fazer isto significa passar ao comerciante um atestado de imbecil, porque, em aceitando como justo o preço que pede, está se, na verdade, dizendo ser o preço abaixo do valor da coisa vendida. Logo, o negociante seria burro porque não saberia dar valor à sua própria propriedade.

Por outro lado, fechando rapidamente a operação de compra e venda, o comprador estaria sendo mal-educado porque eliminaria a possibilidade de uma conversa à volta de uma taça de chá de hortelã ou de uma xícara de café. Como as operações no bazar são raras, cada uma deve demorar algum tempo para diminuir o tédio dos espaços vazios. É o tempo de se falar de política, indagar da família, comentar a chuva ou a sua falta e, evidentemente, fazerem-se propostas e contrapropostas de preço. O ritual correto é o comerciante dizer: "Vendo o meu tapete por 100 dinares" e ouvir do comprador: "100 é um preço evidentemente absurdo de vez que o tapete só vale 10, mas eu sou generoso e posso dar por ele 15 dinares." Até se chegar ao preço verdadeiro de 45, tem-se um tempo de conversa suficiente para longas baforadas do cachimbo de água.

As terras do Império Otomano tinham por capital Istambul, na Turquia, e avançavam para o norte, até incluir a Armênia. Ibrahim Eris é turco e armênios são os pais de Antonio Kandir, autores da proposta brasileira de negociação da dívida externa. Essa explicação cultural talvez nos ajude a compreender as idas e vindas do diálogo que as autoridades financeiras travam com os banqueiros de Nova York. Eles certamente dela já têm pleno conhecimento. O complicador para os banqueiros está no porta-voz dos otomanos, o índio-capixaba Jório Dauster, natural de Pau Grande, vizinho de Curralinho. A herança cultural dos índios é lacônica e objetiva: pão, pão, queijo, queijo. Implica ainda rigorosa obediência a instruções recebidas. Fosse um pele-vermelha e ele seria o chefe Touro Sentado de óculos, capaz de ficar absolutamente impassível se os banqueiros ameaçarem

enterrar o seu coração em Wounded Knee. Deve deixar Mr. Bill Rhodes — acostumado com a flacidez de Delfim Neto e o temor reverencial pelos grandes manitós brancos de Mailson da Nóbrega — absolutamente enfurecido. Também, pudera: Jório passou 15 anos da sua vida discutindo cotas de café com torrefadores americanos, príncipes africanos e representantes do primeiro cartel de Medellín. E, nas horas vagas, gosta de jogar sinuca nos botequins com os malandros de Vila Isabel. Na conversa não o levam não.

A proposta brasileira é como um abacate. Tem um cerne irredutível e inegociável, o equivalente ao preço mínimo que o vendedor turco está disposto a aceitar pelo seu tapete: a idéia de que a negociação tem de ser global, incluindo os juros atrasados e o principal da dívida, e o conceito de que os pagamentos dependerão da capacidade do Tesouro gerar excedentes das receitas para que o serviço da dívida não seja motor da inflação. A parte negociável é o prazo de pagamento, as garantias de securitização e o montante de juros a ser pago imediatamente. É essa a polpa do abacate, que pode ser mais ou menos volumosa.

Essa proposta é absolutamente inovadora. Surpreendeu os bancos e encontrou apoio quase unânime nas elites políticas brasileiras. Uma das raras vozes discordantes é a do senador Roberto Campos, que se prestou ao papel de velhote de recados dos banqueiros, voltando de Nova Iorque adjetivando a posição brasileira de "ridícula", mas sem, no entanto, lastrear em argumentos a sua afirmação.

A argumentação dos credores foi exposta em um documento dividido em cinco capítulos. Dizem eles, inicialmente, que a regularização do pagamento dos juros vencidos restauraria a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil e facilitaria a obtenção de uma linha de crédito ampliado do FMI. Argumentam que o Brasil demonstra menos interesse em priorizar os pagamentos externos das suas obrigações do que, por exemplo, o México. O México teria demonstrado capacidade de obter um superávit de 7% do PNB quando os cálculos brasileiros são de apenas 1,1% no próximo ano. Reclamam contra a compra pela Petrobrás de títulos da dívida no mercado secundário, o que representaria um subsídio à empresa típico do Brasil Velho. Na contraposição "Brasil

Velho"/"Brasil Novo", dizem que a filosofia do modelo apresentado para a retomada do crescimento seria a de baseá-lo no aumento do investimento público, política que teria sido desacreditada no passado.

Finalmente, consideram que a "política monetária austera atingiu os seus limites, infelizmente sem ter tido o efeito desejado de reduzir a inflação. Isso sugere que esforços fiscais adicionais, em vez de aperto monetário, são exigidos para restabelecer a confiança do mercado."

Como se vê, a argumentação dos credores mistura alhos com bugalhos, ou seja, os seus próprios interesses com o que julgam serem os verdadeiros interesses do Brasil, interesses esses que pretendem representar melhor que o próprio governo brasileiro. Esquecem de dizer, por exemplo, que o México e a Venezuela têm uma receita direta em dólares com o petróleo, o que diminui o impacto dos seus pagamentos na inflação interna. Mas esse tipo de hipocrisia faz parte das regras do tratamento que os países centrais dispensam aos subdesenvolvidos e, portanto, não deve ser considerada ofensiva. Evidentemente, não deve tampouco ser levada a sério. Menos a sério, ainda, deve ser levado o uso sistemático pelos "banqueiros desconhecidos" das declarações em *off*. A credulidade dos jornalistas que se prestam a veiculá-las permite aos credores fazerem intrigas, plantarem calúnias e até testarem os números do que o Brasil estaria disposto a pagar. Diante disso, o governo fica desarmado, porque só pode falar em *on*.

A equipe de negociadores, liderados pelo embaixador Jório Dauster, é a melhor que o Brasil já conseguiu organizar na última década. A proposta que apresenta tem começo, meio e fim. Representa a possibilidade de finalmente podermos dar uma perspectiva de longo prazo aos compromissos da dívida externa, libertando-a das oscilações impostas pelas necessidades do Banco Central dos Estados Unidos. A perspectiva é tão decisiva para o futuro que espanta muito não constar da pauta das conversações do presidente Collor com o presidente Bush, que chega a Brasília no dia 3 de dezembro. Qual desculpa terá dado a diplomacia americana para tirá-la do temário presidencial?